



EDUCAÇÃO JURÍDICA: SUA IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS E PARA O CUMPRIMENTO DO ODS 4 E 16 DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Jhonny Araujo de Aguiar¹, Daniela Menengoti Gonçalves Ribeiro²

¹Acadêmico do Curso de Direito, Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR. Bolsista PIBIC¹²/ICETI-UniCesumar.
jhonnyaraujodeaguiar@gmail.com

²Orientadora, Doutora, Docente do Curso de Direito e Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas, UNICESUMAR.
Pesquisadora, Bolsista Produtividade do Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação - ICETI.
daniela.ribeiro@unicesumar.edu.br

RESUMO

A presente pesquisa buscará identificar e analisar os conhecimentos de estudantes e professores da rede básica de ensino público acerca de seus direitos fundamentais garantidos constitucionalmente, visando apresentar a importância da educação jurídica para o desenvolvimento social, político e econômico de um país. As normas jurídicas como os direitos e fundamentos constitucionais são redigidas em uma linguagem abstrata e genérica, e para sua compreensão, é necessário a apropriação de conhecimentos básicos que possibilitem sua interpretação. A educação jurídica historicamente esteve em posse das academias e das classes abastadas financeiramente e com isso, uma grande parcela da população brasileira ficou excluída da mediação de conhecimentos que possibilitassem o seu desenvolvimento crítico acerca das normas que regulamentam o país. Com a falta da apropriação dos conhecimentos acerca dos direitos e garantias fundamentais, é reforçado um sentimento de distanciamento do indivíduo para com o Estado, o que gera um aumento da desigualdade social, uma vez que em muitos casos, a ordem jurídica vigente presta proteção a parcela da população que conhece seus direitos. Com o objetivo de entender a importância da educação jurídica no ensino regular, se faz necessário identificar quais são as lacunas construídas a partir da sua falta no currículo base escolar. Desta feita, a presente pesquisa buscará responder a seguinte questão: Quais os conhecimentos jurídicos que professores e estudantes possuem acerca de direitos e garantias fundamentais? Para responder o seguinte questionamento e atingir os objetos, será utilizado como metodologia a pesquisa de campo de natureza qualitativa e os dados serão analisados por meio da Análise de Conteúdo. Além disso, será investigado por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) se as Organizações Internacionais têm discutido diretrizes que incentivam os países a mediar os conhecimentos jurídicos no ensino básico. A partir da presente pesquisa, será possível identificar quais são as lacunas da falta de mediação do conhecimento jurídico e com isso, buscar mecanismos para futuramente se pensar em uma proposta de implementação desse ensino no currículo básico. Identificar as concepções de estudantes acerca dos conhecimentos jurídicos, possibilitará analisar suas relações com o direito e seus entendimentos sobre o acesso a garantias fundamentais previstas constitucionalmente.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos constitucionais; Educação; ODS.